

Demonstração Contábil Regulatória - DCR

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

31 de dezembro de 2014

Com o Relatório dos Auditores Independentes sobre a Aplicação de Procedimentos Previamente Acordados para Atendimento a Resolução ANEEL nº 396/10, Relativo ao Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria da Demonstração Contábil Regulatória ("DCR").

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Demonstração Contábil Regulatória ("DCR")

31 de dezembro de 2014

Índice

Relatório dos auditores independentes relativo à aplicação de procedimentos previamente acordados sobre as Demonstração Contábil Regulatória.....1

Anexos:

I – Demonstração Contábil Regulatória7

II - Termo de Responsabilidade 12

III - Carta de Representação da Administração 13

IV - Programa de Trabalho Detalhado Revisado..... 15

Relatório dos auditores independentes relativo à aplicação de procedimentos previamente acordados sobre as Demonstração Contábil Regulatória - DCR

Aos Administradores da
Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Prezados Senhores

1. Aplicamos os procedimentos determinados no Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR, emitido pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 4.991, de 29 de dezembro de 2011, Despacho nº 1.023, de 8 de abril de 2013 e complementado pelo Ofício ANEEL nº 421 e 507, de 23 de abril de 2012. Os procedimentos descritos neste relatório estão relacionados à reconciliação dos ajustes entre as demonstrações financeiras societárias publicadas e as demonstrações contábeis regulatórias da **Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.** ("Companhia"), correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. A apresentação das demonstrações contábeis regulatórias é obrigatória a partir do exercício de 2011 para fins regulatórios, tanto para a fiscalização do processo de revisão tarifária ordinária/periódica, como para a reversão dos ativos à União, vinculados aos serviços outorgados. No Anexo I estão apresentados os balanços patrimoniais e as demonstrações dos resultados societários reconciliados com o balanço patrimonial e a demonstração do resultado regulatório do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.
2. Nossos trabalhos foram realizados de acordo com a NBC TSC 4400, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicável a trabalhos de procedimentos previamente acordados. A suficiência desses procedimentos é de responsabilidade exclusiva da ANEEL. Consequentemente, não estamos expressando opinião nem concluindo quanto à suficiência dos procedimentos descritos abaixo em relação aos propósitos para o qual este relatório foi solicitado nem para nenhum outro propósito.

Os procedimentos foram aplicados com o único intuito de propiciar à ANEEL elementos para validação das demonstrações contábeis regulatórias, conforme estabelecido pela Resolução ANEEL nº 396/10 em conformidade com o Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias editado pela ANEEL (Versão 01/2013).

3. Os procedimentos aplicados e nossas observações estão apresentados a seguir:

Imobilizado

- 1) Confrontar as informações de 31 de dezembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013 dos valores regulatórios apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias, por grupo de bens, com os valores do sistema de controle do imobilizado regulatório.
 - Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

- 2) Obter a planilha com a movimentação anual do imobilizado regulatório, tendo como ponto de partida os valores de 31 de dezembro de 2013 e confrontar saldos e as informações das movimentações de 2014 de adições, baixas e transferências regulatórias com os valores do sistema de controle do imobilizado regulatório.
 - Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.
- 3) Confrontar as informações das movimentações e saldos de depreciação / amortização, por grupo de bens, apresentadas na planilha de movimentação mencionada no item anterior, com os valores/saldos do sistema de controle do imobilizado regulatório.
 - Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.
- 4) Confrontar as informações de bens que estão 100% depreciados por grupo de bens com os valores/saldos do sistema de controle imobilizado regulatório.
 - Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.
- 5) Selecionar 10 principais adições (por critério de maior valor) e mais 15 adições do imobilizado em serviço selecionadas de forma aleatória da movimentação ocorrida, do ano de 2014 e testar as capitalizações (materiais, mão-de-obra, serviços, juros, etc.), conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.
 - Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.
- 6) Selecionar 10 principais baixas (por critério de maior valor) e mais 15 baixas selecionadas de forma aleatória da movimentação ocorrida, do ano de 2014 e testar a adequação do processo de baixa, conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.
 - Não ocorreram baixas no exercício de 2014.
- 7) Com base na seleção do item 5 deste Programa de Trabalho, verificar as evidências de que a data da unitização dos bens atende ao prazo de até 60 dias após o encerramento do imobilizado em curso através da comparação entre a data do encerramento da obra em curso proposta pelo técnico/engenheiro e a data do registro contábil em Ativo Imobilizado em Serviço;
 - Tal procedimento não foi efetuado, tendo em vista que a Companhia está em fase de construção da sua linha de transmissão não sendo aplicável o processo de unitização dos bens.
- 8) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente (Execução de Procedimentos Previamente Acordados).
 - Tal procedimento não foi executado visto que não houve observações e constatações encontradas que fossem objeto de inclusão no relatório do auditor.

Obrigações Especiais

- 1) Confrontar os saldos das demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013 com a planilha ou relatório de movimentação de obrigações especiais.

- Tal procedimento não foi executado visto que a Companhia não possui obrigações especiais.
- 2) Obter a planilha ou relatório com a movimentação das obrigações especiais, tendo como ponto de partida os valores contábeis em 31 de dezembro de 2013 e confrontar o saldo em 31 de dezembro de 2014 com a Base de Remuneração homologada, bem como, confrontar as informações das movimentações de adições, baixas e transferências regulatórias com os valores do sistema de controle do imobilizado/obrigações especiais.
- Tal procedimento não foi executado visto que a Companhia não possui obrigações especiais.
- 3) Confrontar as informações das movimentações e saldos de amortização, por grupo de bens, apresentadas na planilha de movimentação mencionada no item anterior, com os valores/saldos do sistema de controle imobilizado/obrigações especiais.
- Tal procedimento não foi executado visto que a Companhia não possui obrigações especiais.
- 4) Verificar autorização da ANEEL para as eventuais baixas de Obrigações Especiais ocorridas desde a data-base de 31 de dezembro de 2013.
- Tal procedimento não foi executado visto que a Companhia não possui obrigações especiais.
- 5) Selecionar 10 principais adições (por critério de maior valor) e mais 15 adições selecionadas de forma aleatória da movimentação ocorrida desde 31 de dezembro de 2013 e testar as capitalizações conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.
- Tal procedimento não foi executado visto que a Companhia não possui obrigações especiais.
- 6) Com base na amostra do item anterior, testar a amortização de acordo com o Manual de Contabilidade de Setor Elétrico os valores/saldos do sistema de controle imobilizado/obrigações especiais.
- Tal procedimento não foi executado visto que a Companhia não possui obrigações especiais.
- 7) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente (Execução de Procedimentos Previamente Acordados).
- Tal procedimento não foi executado visto que não houve observações e constatações encontradas que fossem objeto de inclusão no relatório do auditor.

Ativos e passivos regulatórios

III.a) CVA e itens financeiros

- 1) Obter planilha com saldos de 31 de dezembro de 2013, a movimentação de 2014 (adições, baixas, atualizações monetárias e transferências), por tipo de componente de CVA até a data-base de revisão/reajuste tarifário e a movimentação complementar do ano de 2014 (adições, baixas, atualizações monetárias e transferências), por tipo de componente de CVA, até 31 de dezembro de 2014.
 - Tal procedimento não foi executado visto que não é aplicável as Companhias transmissoras de energia.

- 2) Confrontar os saldos de CVA da data-base da revisão/reajuste tarifário da planilha mencionada no item anterior com os montantes homologados pela ANEEL.
 - Tal procedimento não foi executado visto que não é aplicável as Companhias transmissoras de energia.

- 3) Testar as 5 maiores constituições de ativos e passivos regulatórios (critério de seleção deverá ser pelos maiores valores).
 - Tal procedimento não foi executado visto que não é aplicável as Companhias transmissoras de energia.

- 4) Testar as 5 maiores atualizações monetárias de saldos (critério de seleção deverá ser pelos maiores valores).
 - Tal procedimento não foi executado visto que não é aplicável as Companhias transmissoras de energia.

- 5) Testar as 5 maiores amortizações de ativos e passivos regulatórios (critério de seleção deverá ser pelos maiores valores).
 - Tal procedimento não foi executado visto que não é aplicável as Companhias transmissoras de energia.

- 6) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente (Execução de Procedimentos Previamente Acordados).
 - Tal procedimento não foi executado visto que não houve observações e constatações encontradas que fossem objeto de inclusão no relatório do auditor.

III.b) Diferença entre Tarifa Provisória e Estimativa de Tarifa Definitiva, com base nos critérios definidos para o 1º. Ciclo – Permissionárias com a data Revisão Tarifária em 2014.

- 1) Obter planilhas preparadas para suportar os cálculos das diferenças entre a tarifa provisória e a estimativa pro-rata de tarifa definitiva e confrontar com os saldos constantes das demonstrações contábeis regulatórias.

- Tal procedimento não foi executado visto que não é aplicável as Companhias transmissoras de energia.
- 2) Com base nas informações das planilhas obtidas (indicadas no item anterior), conferir a exatidão matemática das diferenças entre o praticado pela concessionária e estimativa pro-rata de tarifa definitiva, confrontando as bases utilizadas com as informações disponibilizadas pela ANEEL.
- Tal procedimento não foi executado visto que não é aplicável as Companhias transmissoras de energia.
- 3) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente (Execução de Procedimentos Previamente Acordados).
- Tal procedimento não foi executado visto que não houve observações e constatações encontradas que fossem objeto de inclusão no relatório do auditor.

Demais saldos de contas de ativo, passivo e resultado


- 1) Para as demais contas de ativo, passivo e resultado que estão apresentadas nas demonstrações contábeis regulatórias e que não apresentam divergências em relação às práticas contábeis adotadas na preparação e divulgação das demonstrações financeiras societárias, confrontar as informações entre estas demonstrações financeiras societárias publicadas e demonstrações contábeis regulatórias.
- Nenhuma exceção que pudesse impactar a nossa opinião sobre a adequacidade dos saldos das Demonstrações Contábeis Regulatórias e Demonstrações financeiras societárias foram identificadas como resultado da aplicação desse procedimento.
- 2) Para saldos das demonstrações financeiras societárias que eventualmente foram mensurados com base em práticas contábeis que não estejam alinhadas com as práticas contábeis regulatórias, previstas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, realizar testes da mensuração e movimentação de saldos de 2014
- Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.
- 3) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente. (Execução de Procedimentos Previamente Acordados).
- Tal procedimento não foi executado visto não houve observações e constatações encontradas que fossem objeto de inclusão no relatório do auditor.
- 4) Considerando que os procedimentos descritos no parágrafo 3 deste relatório não se constituem em um exame de auditoria nem de revisão limitada de demonstrações financeiras societárias ou regulatórias, conduzido de acordo com as normas de auditoria ou de revisão limitada aplicáveis no Brasil, não expressamos opinião sobre nenhuma demonstração financeira societária ou regulatória da Companhia, tomada em conjunto, nem sobre nenhuma das contas contábeis das quais foram extraídas as informações constantes do Anexo I.



- 5) Caso tivéssemos aplicado procedimentos adicionais ou conduzido um exame de auditoria ou de revisão limitada das demonstrações financeiras societárias e regulatórias de acordo com as normas de auditoria ou de revisão limitada aplicáveis no Brasil, outros assuntos poderiam ter sido identificados e relatados.
- 6) Este relatório destina-se apenas e exclusivamente à finalidade definida no parágrafo 1 e à informação da Administração da Companhia e da ANEEL, não devendo ser utilizado para nenhum outro propósito nem distribuído a terceiros que não tenham assumido responsabilidade pela suficiência dos, ou que não tenham concordado com os procedimentos mencionados no Anexo IV. Este relatório está relacionado exclusivamente com a reconciliação dos ajustes entre as demonstrações financeiras societárias publicadas e as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, cuja obrigatoriedade de apresentação passou a ser exigida a partir de 2011, e não se estende às demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2015.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ


Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4


Walter Garcia Neumayer
Contador CRC - 1RJ 091.659/O-0

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCR – Anexo I
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	2014		
		Societário	Ajuste CPCs	Regulatório
Ativo				
Circulante		19.163	-	19.163
Caixa e equivalentes de caixa		19.084	-	19.084
Impostos a recuperar		74	-	74
Outros ativos circulantes		5	-	5
Não circulante		7.748	(163)	7.585
Ativo financeiro indenizável		7.748	(7.748)	-
Imobilizado	4	-	7.585	7.585
Total do ativo		26.911	(163)	26.748
Passivo				
Circulante		222	-	222
Fornecedores terceiros		50	-	50
Fornecedores partes relacionadas		5	-	5
Tributos e contribuições sociais		26	-	26
Dividendos propostos		55	-	55
Outros passivos circulantes		86	-	86
Não circulante		20.628	(55)	20.572
Empréstimos - partes relacionadas		20.567	-	20.567
Outras contas a pagar com partes relacionadas		6	-	6
Imposto de renda diferido		55	(55)	-
Patrimônio líquido		6.060	(108)	5.953
Capital social		6.000	-	6.000
Reserva de lucros		55	-	55
Reserva legal		6	-	6
Prejuízo acumulado		-	(108)	(108)
Total do passivo e do patrimônio líquido		26.911	(163)	26.748

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCR – Anexo I
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

	Nota	2014		
		Societário	Ajuste CPCs	Regulatório
Receita operacional bruta		7.748	(7.748)	-
Receita pela disponibilidade da rede elétrica		7.585	(7.585)	-
Receita financeira de construção		163	(163)	-
Receita operacional líquida		7.748	(7.748)	-
Custo Gerenciáveis		(8.396)	7.585	(812)
Pessoal		(283)	-	(283)
Despesa da atividade não vinculada		(7.585)	7.585	-
Outros		(528)	-	(528)
Resultado da atividade da concessão		(648)	(163)	(811)
Resultado Extra-concessão		827	-	827
Receitas financeiras		832	-	832
Despesas financeiras		(5)	-	(5)
Resultado antes dos impostos		179	(163)	16
IR/CS corrente		(8)	-	(8)
IR/CS diferido		(55)	55	-
Lucro líquido do exercício		116	(108)	8

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR - Anexo I
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. ("Companhia" ou "MRTE"), foi em 18 de novembro de 2013, tendo como objeto a implantação e exploração de empreendimento composto de instalações de transmissão de energia elétrica. A MRTE é uma companhia anônima fechada, de capital privado, constituída em 18 de novembro de 2013, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), esta que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1. Da concessão

O projeto da Companhia consiste na construção, operação e manutenção de uma subestação de 440/138 kV, localizada no município de Três Lagoas/MS e de duas linhas de transmissão, circuito duplo, 440 kV, de aproximadamente 5 km que interligará esta subestação ao ponto de conexão com o sistema elétrico, localizado no município de Castilho, estado de São Paulo.

A Companhia recebeu do IBAMA, em 23 de setembro de 2014 a Licença Prévia nº 492/2014, relativa a SE Mal. Rondon 440/138 KV LT 440 kV Três Lagoas/MS – Castilho/SP; com validade pelo período de 2 (dois) anos.

As obras da companhia compreenderão eixos: Eixo 1: LT 440 kV Jupia – Getulina C1 – seccionamento Marechal Rondon e Eixo 2 – LT 440 kV Juiá – Taquarussu – seccionamento Marechal Rondon, que será implantado nos municípios de Três Lagoas/MS e Castilho/SP.

Tendo apresentado todas as exigências do órgão licenciador, a companhia recebeu em 29 de dezembro de 2014 a Licença Ambiental de Instalação no 1.037/2014, também com validade de 2 (dois) anos.

O empreendimento está em fase de cumprimento das condicionantes desta Licença Ambiental.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

A DCR relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi elaborada de acordo com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro, definidas pela ANEEL e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a exceção dos seguintes dispositivos que são conflitantes com as práticas regulatórias:

ICPC 01 (R1) Contratos de Concessões (equiparado ao IFRIC 12): Esse pronunciamento estabelece que as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos tangíveis (imobilizado) e intangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR - Anexo I

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de reais)

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro indenizável. Nas demonstrações financeiras societárias a Companhia classifica os saldos dos ativos tangíveis (ativo imobilizado) e intangíveis (softwares e servidões alocados na operação) como Ativo Financeiro Indenizável. Bem como os respectivos custos de construção, receita financeira de construção são registrados apenas nas demonstrações financeiras societárias – em consonância com o ICPC 01 (R1).

A apresentação da DCR visa atender as determinações do órgão regulador, de acordo com a Resolução ANEEL 396/2010, onde a conciliação do balanço regulatório e societário é apresentada, bem como a evidenciação das principais práticas adotadas pelo órgão regulador. A DCR deve ser lida em conjunto com as demonstrações societárias, que contém as informações das notas explicativas adicionais às divulgadas neste relatório, as quais podem ser consultadas no site da Companhia.

Todos os valores apresentados na DCR estão expressos em milhares de reais, apresentam arredondamentos em algumas apresentações e apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 31 de março de 2015. No exercício de 2014 algumas reclassificações foram efetuadas para melhor apresentação da DCR.

3. Práticas contábeis regulatórias - específicas do setor elétrico

3.1. Plano de contas

A Companhia adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001 e alterações subsequentes estabelecidas através da Resolução ANEEL nºs 473, de 06 de março de 2006, 219, de 11 de abril de 2006, 4.815, de 26 de dezembro de 2008, 370 de 30 de junho de 2009 e 396 de 23 de fevereiro de 2010.

A partir de 1º de janeiro de 2015 a Companhia alterou seu plano de contas para atender o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica de 2015, que foi estabelecido pela Resolução Normativa nr. 605 de 11 de março de 2014.

3.2. Ativo imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzida da sua depreciação/amortização acumulada. A depreciação/amortização é calculada utilizando o método linear e contabilizada a partir da entrada em operação dos bens e instalações transferidas para as imobilizações em serviço, mediante a utilização de taxas estabelecidas pelo poder concedente, conforme Resolução ANEEL nº 44 de 17 de março de 1999, Portaria ANEEL nº 815/94, posteriormente alteradas pela Resolução 367 de 2009 e Resolução 474 de 2012.

O ativo imobilizado e intangível em curso corresponde aos custos incorridos nas obras e investimentos em andamento. O ativo imobilizado e intangível classificado como em serviço

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR - Anexo I
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014
(Em milhares de reais)

corresponde aos itens já em uso pela Companhia.

As diferenças identificadas entre o ativo imobilizado societário e regulatório são decorrentes da aplicação do ICPC 01 (R1) e OCPC 05 - Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. A partir da adoção desses procedimentos o ativo imobilizado e intangível vinculados a concessão são registrados como ativo financeiro indenizável nas demonstrações financeiras societárias.

Vinculação dos bens à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizadas na produção e transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia pra desvinculação de bens inservíveis à concessão quando destinados à alienação, determinando ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na referida concessão.

4. Imobilizado

	<u>2014</u>
Em curso	
A Ratear	<u>7.585</u>
	<u>7.585</u>



Rio de Janeiro, 31 de março de 2015
MRTE/ACC/003/2015

Termo de Responsabilidade


Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, decorrentes dos trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, sujeita-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.



Ramon Sade Haddad
Diretor-Presidente
CPF:284.517.086-68



André Mattos
Diretor Financeiro
CPF:026.068.267-52



Aldrea Giorgia Werneck
Gerente de Contabilidade
CRC:RJ 110226/O-6
CPF:053.411.387-75

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:

X - fornecer informação falsa à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.



Rio de Janeiro, 31 de março de 2015
MRTE/ACC/002/2015

Carta de representação da administração

À
Ernst & Young
Auditores Independentes S.S.
Praia de Botafogo 370/8º andar
Rio de Janeiro - RJ

Prezados Senhores,

Em conexão com seus trabalhos de procedimentos previamente acordados relacionado com informações contábeis da **Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.** de acordo com o estabelecido no Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias, emitido pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio das Resoluções Normativas nº 396/2010, nós reconhecemos que obter nossa representação, abrangendo as informações contidas nessa carta, é um procedimento significativo para permitir-lhes que sejam realizados os procedimentos descritos na carta proposta datada de 16 de setembro de 2014.

Consequentemente, fazemos as seguintes declarações de responsabilidade, que são verdadeiras segundo nosso conhecimento e entendimento:

- Colocamos à sua disposição todos os registros e as informações necessárias a execução dos procedimentos previamente acordados e pusemos à sua disposição toda a documentação original suporte referente a estes registros e informações.
- Não temos conhecimento de nenhuma informação ou documentação que poderia vir a contrariar o objeto do trabalho, ou qualquer comunicação das agências reguladoras que poderia afetar o objeto do trabalho.
- As informações suplementares contidas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias foram apropriadamente preparadas com base nas informações contábeis examinada pelos seus representantes. Adicionalmente, confirmamos que todas as declarações descritas em nossa carta de representação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, datada de 31 de março de 2015, são validas para preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias.

Entendemos que seus procedimentos foram conduzidos de acordo com a carta de contratação de "procedimentos pré-acordados" e com a norma NBC TSC 4400, específica para trabalhos de procedimentos previamente acordados, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Entendemos que seus procedimentos não se constituem em trabalho de auditoria ou revisão limitada, de acordo com as NBC TAs ou NBC TRs, respectivamente emitidas pelo CFC e, portanto, V.Sas. não expressam nenhum tipo de asseguração em nosso relatório.

Entendemos também, que a suficiência de seus procedimentos foram limitados àqueles previamente acordados conosco através de nossa carta proposta retro mencionada e aqueles que V.Sas consideram necessários para essa finalidade.

Adicionalmente não somos conhecedores de qualquer evento subsequente significativo entre a



MARECHAL RONDON

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

data de emissão das demonstrações financeiras societárias da Companhia (31 de março de 2015) e a data desta representação, que possam ter efeito significativo sobre as demonstrações financeiras emitidas e/ou que requeiram divulgação adicional nas demonstrações contábeis regulatórias.

Atenciosamente,

Ramon Sade Haddad
Diretor-Presidente

André Mattos
Diretor Financeiro

Aldrea Giorgia Werneck
Gerente de Contabilidade

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Programa de trabalho detalhado revisado - Anexo IV
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Programa de trabalho detalhado revisado

Os serviços profissionais da EY Brasil compreenderão os seguintes procedimentos, no que for aplicável, conforme estabelecido no Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias editado pela ANEEL (Versão 01/2013):

I. Imobilizado

- 1) Confrontar as informações de 31/12/2014 e de 31/12/2013 dos valores regulatórios apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias, por grupo de bens, com os valores do sistema de controle do imobilizado regulatório.
- 2) Obter a planilha com a movimentação anual do imobilizado regulatório, tendo como ponto de partida os valores de 31/12/2013 e confrontar saldos e as informações das movimentações de 2014 de adições, baixas e transferências regulatórias com os valores do sistema de controle do imobilizado regulatório.
- 3) Confrontar as informações das movimentações e saldos de depreciação / amortização, por grupo de bens, apresentadas na planilha de movimentação mencionada no item anterior, com os valores/saldos do sistema de controle do imobilizado regulatório.
- 4) Confrontar as informações de bens que estão 100% depreciados por grupo de bens com os valores/saldos do sistema de controle imobilizado regulatório.
- 5) Selecionar 10 principais adições (por critério de maior valor) e mais 15 adições do imobilizado em serviço selecionadas de forma aleatória da movimentação ocorrida, do ano de 2014 e testar as capitalizações (materiais, mão-de-obra, serviços, juros, etc.), conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.
- 6) Selecionar 10 principais baixas (por critério de maior valor) e mais 15 baixas selecionadas de forma aleatória da movimentação ocorrida, do ano de 2014 e testar a adequação do processo de baixa, conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.
- 7) Com base na seleção do item 5 deste Programa de Trabalho, verificar as evidências de que a data da unitização dos bens atende ao prazo de até 60 dias após o encerramento do imobilizado em curso através da comparação entre a data do encerramento da obra em curso proposta pelo técnico/engenheiro e a data do registro contábil em Ativo Imobilizado em Serviço;
- 8) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente (Execução de Procedimentos Previamente Acordados).

II. Obrigações Especiais

- 1) Confrontar os saldos das demonstrações contábeis regulatórias de 31/12/2014 e de 31/12/2013 com a planilha ou relatório de movimentação de obrigações especiais.
- 2) Obter a planilha ou relatório com a movimentação das obrigações especiais, tendo como ponto de partida os valores contábeis em 31/12/2013 e confrontar o saldo em 31/12/2014 com a Base de Remuneração homologada, bem como, confrontar as informações das movimentações de

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Programa de trabalho detalhado revisado - Anexo IV
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

adições, baixas e transferências regulatórias com os valores do sistema de controle do imobilizado/obrigações especiais.

- 3) Confrontar as informações das movimentações e saldos de amortização, por grupo de bens, apresentadas na planilha de movimentação mencionada no item anterior, com os valores/saldos do sistema de controle imobilizado/obrigações especiais.
- 4) Verificar autorização da ANEEL para as eventuais baixas de Obrigações Especiais ocorridas desde a data-base de 31/12/2013.
- 5) Selecionar 10 principais adições (por critério de maior valor) e mais 15 adições selecionadas de forma aleatória da movimentação ocorrida desde 31/12/2013 e testar as capitalizações conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.
- 6) Com base na amostra do item anterior, testar a amortização de acordo com o Manual de Contabilidade de Setor Elétrico os valores/saldos do sistema de controle imobilizado/obrigações especiais.
- 7) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente (Execução de Procedimentos Previamente Acordados).

III. Ativos e passivos regulatórios

III.a) CVA e itens financeiros

- 1) Obter planilha com saldos de 31/12/2013, a movimentação de 2014 (adições, baixas, atualizações monetárias e transferências), por tipo de componente de CVA até a data-base de revisão/reajuste tarifário e a movimentação complementar do ano de 2014 (adições, baixas, atualizações monetárias e transferências), por tipo de componente de CVA, até 31/12/2014.
- 2) Confrontar os saldos de CVA da data-base da revisão/reajuste tarifário da planilha mencionada no item anterior com os montantes homologados pela ANEEL.
- 3) Testar as 5 maiores constituições de ativos e passivos regulatórios (critério de seleção deverá ser pelos maiores valores).
- 4) Testar as 5 maiores atualizações monetárias de saldos (critério de seleção deverá ser pelos maiores valores).
- 5) Testar as 5 maiores amortizações de ativos e passivos regulatórios (critério de seleção deverá ser pelos maiores valores).
- 6) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente (Execução de Procedimentos Previamente Acordados).

III.b) Diferença entre Tarifa Provisória e Estimativa de Tarifa Definitiva, com base nos critérios definidos para o 1º. Ciclo – Permissionárias com a data Revisão Tarifária em 2014.

- 1) Obter planilhas preparadas para suportar os cálculos das diferenças entre a tarifa provisória e a estimativa pro-rata de tarifa definitiva e confrontar com os saldos constantes das demonstrações contábeis regulatórias.

Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.

Programa de trabalho detalhado revisado - Anexo IV
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

- 2) Com base nas informações das planilhas obtidas (indicadas no item anterior), conferir a exatidão matemática das diferenças entre o praticado pela concessionária e estimativa pro-rata de tarifa definitiva, confrontando as bases utilizadas com as informações disponibilizadas pela ANEEL.
- 3) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente (Execução de Procedimentos Previamente Acordados).

IV. Demais saldos de contas de ativo, passivo e resultado

- 1) Para as demais contas de ativo, passivo e resultado que estão apresentadas nas demonstrações contábeis regulatórias e que não apresentam divergências em relação às práticas contábeis adotadas na preparação e divulgação das demonstrações financeiras societárias, confrontar as informações entre estas demonstrações financeiras societárias publicadas.

Para saldos das demonstrações financeiras societárias que eventualmente foram mensurados com base em práticas contábeis que não estejam alinhadas com as práticas contábeis regulatórias, previstas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, realizar testes de mensuração e movimentação de saldos de 2014

As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente. (Execução de Procedimentos Previamente Acordados).